

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 67/2024.

Em 29 de outubro de 2024.

**Assunto:** subsídios para análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.269, de 22 de outubro de 2024, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que appaiifica."

que especifica."

Interessada: Comissão Mista de Planos, Orçamentos

Públicos e Fiscalização - CMO

1 Introdução

A presente nota técnica atende à determinação constante do art. 19 da

Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece:

Art. 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação

financeira e orçamentária de Medida Provisória.

No art. 62, § 9º, a Constituição Federal determina que caberá a uma comissão

mista de deputados e senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir

parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo Plenário de cada

uma das Casas do Congresso Nacional.

A nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de

2002-CN, que prescreve os requisitos a serem abordados quando do exame de

compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: "análise da repercussão

sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento

Senado Federal — Praça dos Três Poderes — CEP 70165-900 — Brasília DF Telefone: +55 (61) 3303-3318 — conorf@senado.gov.br

1 de 5

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a

Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes

orçamentárias e a lei orçamentária da União".

Para a apreciação da medida provisória em questão compete a esta

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborar a respectiva nota técnica

acerca de sua adequação orçamentária e financeira.

2 Síntese da medida provisória

De acordo com a Exposição de Motivos (EM) nº 00097/2024 MPO, os recursos

que são objeto desta MPV, no âmbito de Recursos sob Supervisão do Ministério da

Fazenda, visam disponibilizar linhas de financiamento por meio da utilização do

superávit financeiro, de 2023, do Fundo Social - FS com a finalidade de apoiar ações

de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de enfrentamento de

consequências sociais e econômicas de calamidades públicas, neste caso

especificamente no estado do Estado do Rio Grande do Sul, decorrente dos desastres

naturais verificados na região, em consequência das chuvas intensas ocorridas entre

os meses de abril e maio deste ano.

Conforme mencionado na EM, os recursos para o atendimento de calamidades

públicas estão em conformidade dos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101,

de 4 de maio de 2000, de acordo com a autorização constante da Lei nº 14.981, de

20 de setembro de 2024, no que se refere à autorização da utilização do citado

superávit financeiro em R\$ 20 bilhões, além de substituir a Medida Provisória nº 1.226,

de 29 de maio de 2024, que tratava da utilização do superávit do FS em R\$ 15 bilhões.

Vale observar que já houve a abertura de crédito extraordinário de R\$ 15 bilhões por

meio da Medida Provisória nº 1.233, de 17 de junho de 2024, e, portanto, a MPV em

questão se refere ao saldo de R\$ 5 bilhões do total autorizado. Em consulta ao



Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP verificou-se que os valores

relativos à MPV nº 1.233 foram totalmente utilizados.

A Lei nº 14.981, de 2024, dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição

de bens e a contratação de obras e de serviços, inclusive de engenharia, destinados

ao enfrentamento de impactos decorrentes de estado de calamidade pública, bem

como autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica a

mutuários afetados com perdas materiais nas áreas atingidas pelos eventos climáticos

extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do Decreto

Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024; altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de

2020, 14.042, de 19 de agosto de 2020, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010 e

autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica para

constituição de escritórios de projetos. A Lei nº 14.981, de 2024 estabelece normas

para facilitação de acesso a crédito, em virtude dos efeitos negativos decorrentes de

desastres naturais e revoga as Medidas Provisórias nºs 1.221, de 17 de maio de 2024,

1.226, de 29 de maio de 2024, e 1.245, de 18 de julho de 2024 e dá outras

providências.

A EM justifica a urgência e relevância da MPV nº 1.269 pela exigência do

atendimento às consequências do mencionado desastre, que gerou prejuízos sem

precedentes, prejudicando a população e as atividades econômicas da região.

Conforme argumentação da EM a continuidade de resposta imediata das autoridades

públicas ainda é necessária, visto que, além de atingir todos os aspectos da vida dos

moradores dos locais afetados, também se reflete na oferta do serviço público e na

economia local.

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

3 Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira

Conforme mencionado na introdução desta nota técnica, o exame de

compatibilidade e adequação orçamentária e financeira deve verificar a repercussão

sobre a receita ou a despesa pública da União e o atendimento das normas

orçamentárias e financeiras vigentes, em especial da Lei Complementar nº 101, de

2000, da lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei

orçamentária da União.

Verifica-se que o escopo da presente análise se limita, única e exclusivamente,

a aferir a conformação dos termos da medida provisória às disposições constitucionais

e legais que tratam das matérias orçamentário-financeiras. Por essa razão, via de

regra, à nota técnica de adequação orçamentária e financeira não cabe avaliar a

pertinência dos pressupostos constitucionais gerais para edição de medidas

provisórias, as quais somente são cabíveis para atender situações urgentes e

relevantes que não possam ser prontamente atendidas pela via legislativa ordinária,

conforme determina o art. 62 da Constituição.

No entanto, no caso de créditos extraordinários, devem ser analisados os

requisitos constitucionais de imprevisibilidade e urgência, pois derivam de disposição

orçamentária específica (art. 167, § 3º, da Constituição Federal). Quanto a esse

aspecto, parece razoável considerar que as informações constantes da EM nº

00097/2024 MPO, sumariadas anteriormente, são suficientes para demonstrar a

observância dos referidos requisitos.

O Decreto Legislativo nº 36/2024 reconheceu, para fins do art. 65 da LRF, o

estado de calamidade pública em parte do território nacional e autorizou a União a

não computar as despesas autorizadas por meio de crédito extraordinário e as

renúncias fiscais necessárias para o enfrentamento da referida calamidade pública e

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

das suas consequências sociais e econômicas, no atingimento dos resultados fiscais

e na realização de limitação de empenho.

No caso específico da MPV nº 1.269, de 2024, observa-se que toda a despesa

está classificada com identificador de resultado primário 0 (RP 0 - despesa financeira),

isto é não há repercussão sobre o resultado primário.

No que diz respeito ao atendimento da Lei Complementar nº 200/2023, que

instituiu um novo regime fiscal, cabe destacar que o presente crédito está em

consonância com a citada Lei Complementar, porquanto as despesas autorizadas por

créditos extraordinários não se incluem na base de cálculo e nos limites

individualizados preconizados pelo art. art. 3º, § 2º, inciso II, da norma.

No que tange ao cumprimento da "regra de ouro" prevista no inciso III do art.

167 da Constituição Federal, o crédito ora analisado não afeta a aludida regra, uma

vez que não traz em seu bojo alteração seja do montante de operações de crédito,

seja das despesas de capital.

Por fim, entende-se que a abertura do presente crédito extraordinário está de

acordo com as normas que regem a matéria, em especial Lei de Responsabilidade

Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei

Orçamentária Anual.

4 Considerações Finais

São esses os subsídios que consideramos mais relevantes para a apreciação

da Medida Provisória nº 1.269 de 2024, quanto à adequação orçamentária e

financeira.

Nilton César Rodrigues Soares

Consultor Legislativo – Assessoramento em Orçamentos